SAMA S.A. Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Relatório da Diretoria de 2013

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Mineral Crisotila

Em 2013, a SAMA, vendeu 295 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 2,64% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 164,6 mil toneladas, representando um aumento de 8,29% na comparação entre os anos de 2013 e 2012, exportações tiveram um volume de 130,4 mil toneladas, apresentando um recuo de 13,64% na comparação com o ano anterior em função, da redução do mercado da Índia. No final de 2013, a SAMA possuía 15% do mercado mundial de minério crisotila.
As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Indonésia, Colômbia, México, Malásia, Tailândia, Equador, Bolívia, Zimbábue, Vietnã, Estados Unidos, Sri-Lanka, El Salvador, Angola, Alemanha, Filipinas, Peru, Zâmbia, Argentina, Arábia Saudita e Canadá.
Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.
A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia mantém um programa Portas Abertas, (que já recebeu mais de 15 mil visitantes em dez anos de existência), é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso Seguro do Crisotila.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R$ 385,3 milhões em 2013, um aumento de 1,66% em relação a 2012. No mercado interno, a receita líquida apresentou crescimento de 11,94% em relação a 2012 e totalizou R$ 238,4 milhões. O crescimento da receita líquida no mercado interno é decorrente do comportamento dos preços. A receita líquida proveniente de exportações somou R$ 146,9 milhões, uma redução de 11,51% em relação a 2012, devido à redução das vendas externas, embora a valorização da moeda externa e o aumento dos preços não foram suficientes para manter o crescimento.

Lucro Líquido

A SAMA registrou um lucro líquido de R$ 69,7 milhões em 2013, uma redução de 5,38% em relação a 2012, principalmente pelos fatores comentados acima.
Do lucro líquido do exercício, R$ 170 mil foi destinado para Retenção de Lucros e R$ 69,6 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Investimentos

Os investimentos somaram R$ 16,5 milhões em 2013, uma redução de 42,59% em relação ao ano anterior, investimentos com recurso próprio, sendo a principal finalidade a manutenção da operação atual e aumento da produtividade da planta industrial. Os principais investimentos foram para aquisição de Perfuratriz, Carregadeira, Trator de Pneu 824, máquinas e equipamentos em substituição da frota terceirizada.
O Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade.

MINERAL CRISOTILA OU AMIANTO CRISOTILA

Questão Jurídica do Amianto

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.
As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.
As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.
Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.
O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.
Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Prêmios

A Companhia conquistou diversos prêmios em 2013, estes confirmam a posição de destaque da mineradora no mercado nacional e internacional.
Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2013:

- **Instituto Great Place To Work**
  - *As 100 Melhores Empresas para Trabalhar América Latina 2013 - 7º Lugar*
  Categoria: As 25 melhores empresas, acima de 500 a 1.000 funcionários

- **Instituto Great Place To Work e Jornal O Popular**
  - *Melhores Empresas para Trabalhar no Centro Oeste - 2º Lugar*

- **Consultoria Great Place To Work e Revista Época**
  - *Melhores Empresas para Trabalhar - 6º Lugar*
  Categoria: Médias e Pequenas Nacionais (de 100 a 999 funcionários)
  Sub categorias: - *3º Lugar*: A melhores em qualidade de vida
  - *6º Lugar*: As melhores do setor indústria
  - *8º Lugar*: A que treinam melhor

- **Revista Você S/A**
  - *As Melhores Empresas para Você Trabalhar - 1º Lugar*
  Categoria: Melhor empresa no setor mineração

- **Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH**
  - *Prêmio Ser Humano Goiás 2013 - 1º Lugar*
  Modalidade: Melhores Práticas em Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

- **Revista Valor Carreira**
  - *As Melhores em Gestão de Pessoas - 2º Lugar*
  Categoria: 501 a 1.000 funcionários

Visitas

A SAMA possui o "Programa Portas Abertas" que visa atender às solicitações para conhecer de perto o processo produtivo da mineradora.
Em 2013 a SAMA recebeu 1.718 pessoas que conheceram a extração e o beneficiamento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2013; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 23 de abril de 2014.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	38	264	39	266
Aplicações financeiras	5	8.457	27.991	10.910	30.317
Contas a receber	6	74.237	80.356	74.237	80.356
Estoques	7	35.601	26.819	35.601	26.819
Impostos a recuperar	8	836	881	885	935
Partes relacionadas	10.a	8.006	9.460	8.006	9.460
Outros ativos circulantes		1.175	1.164	1.178	1.164
Total do ativo circulante		**128.350**	**146.935**	**130.856**	**149.317**
Não circulante					
Depósitos judiciais		4.249	4.278	4.251	4.280
Impostos a recuperar	8	1.281	1.619	1.281	1.619
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	17.316	16.378	17.318	16.378
Partes relacionadas	10.a	29.108	27.252	29.108	27.252
Investimentos	9	2.767	2.654	-	-
Imobilizado	11	66.717	68.239	66.739	68.262
Intangível	12	1.862	1.738	1.874	1.754
Outros ativos não circulantes		701	1.681	934	1.915
Total do ativo não circulante		**124.001**	**123.839**	**121.505**	**121.460**
TOTAL DO ATIVO		**252.351**	**270.774**	**252.361**	**270.777**

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Circulante					
Fornecedores	13	11.312	9.872	11.312	9.872
Empréstimos e financiamentos	14	44.907	51.819	44.907	51.819
Provisões e encargos sociais	15	11.867	14.329	11.867	14.329
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10 a 18.c/ d	8.735	15.396	8.735	15.396
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	1.687	1.281	1.687	1.281
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	18.642	21.540	18.644	21.541
Outros passivos circulantes		3.503	3.347	3.503	3.346
Total do passivo circulante		**100.653**	**117.584**	**100.655**	**117.584**
Não circulante					
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	10.818	11.756	10.818	11.756
Empréstimos e financiamentos	14	8.311	12.670	8.311	12.670
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	26.538	24.212	26.538	24.212
Provisão para remonte da mina	29	9.726	8.201	9.726	8.201
Outros passivos não circulantes		-	636	1	639
Total do passivo não circulante		**55.393**	**57.475**	**55.394**	**57.478**
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	65.100	65.100	65.100	65.100
Reserva de capital		343	343	350	343
Reservas de lucros		30.434	30.272	30.434	30.272
Outros resultados abrangentes		428	-	428	-
Total do patrimônio líquido		**96.305**	**95.715**	**96.312**	**95.715**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**252.351**	**270.774**	**252.361**	**270.777**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

DOEGO – 3COL X 36CM – PÁG. 1

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES (48h) À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DOEGO.indd 1 22/04/14 10:56

...continuação

SAMA S.A. Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012		**65.100**	**353**	**12.150**	**12.150**	**342**	**-**	**-**	**90.095**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	73.735	-	73.735
Constituição de reservas		-	(10)	870	(5.640)	10.400	(5.620)	-	-
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,148 por ação em circulação	18.d	-	-	-	-	-	(5.157)	-	(5.157)
Dividendos - R$ 1,81 por ação em circulação	18.c	-	-	-	-	-	(62.958)	-	(62.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		**65.100**	**343**	**13.020**	**6.510**	**10.742**	**-**	**-**	**95.715**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	69.766	-	69.766
Constituição de reservas		-	-	-	-	162	(162)	-	-
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	428	428
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,1289 por ação em circulação	18.d	-	-	-	-	-	(4.492)	-	(4.492)
Dividendos - R$ 2,0537 por ação em circulação	18.c	-	-	-	-	-	(65.112)	-	(65.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		**65.100**	**343**	**13.020**	**6.510**	**10.904**	**-**	**428**	**96.305**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		106.365	113.089	106.401	113.128
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equiv. patrimonial	9	(113)	(122)	-	-
Depreciação e amortização	11/12	17.905	11.353	17.909	11.370
Resultado na baixa de ativos permanentes		(33)	264	(33)	264
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber	6	(12)	(681)	(12)	(681)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	2.432	2.275	2.432	2.275
Provisão remonte da mina	29	1.525	5.428	1.525	5.428
Provisão benefícios ex-colaboradores circulante e não circulante	17.b	(532)	4.900	(532)	4.900
Reversão (provisão) para perdas diversas		585	635	585	635
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		(2.553)	1.476	(2.551)	1.476
Rendimento de aplicações financ.		(1.244)	(2.358)	(1.434)	(2.548)
Variação líquida desp. antecipadas		11	-	11	-
		124.336	**136.259**	**124.301**	**136.247**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	5.876	(16.590)	5.876	(16.590)
Partes relacionadas a receber	10	1.477	(795)	1.477	(795)
Estoques	7	(8.782)	(3.550)	(8.782)	(3.550)
Impostos a recuperar	8	383	(1.589)	388	(1.643)
Depósitos judiciais		29	(936)	29	(936)
Outros ativos		11	530	13	530
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	13	1.453	(83)	1.453	(83)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		293	368	294	367
Partes relacionadas a pagar	10	49	-	49	-
Provisões e encargos sociais	15	(2.462)	4.207	(2.462)	4.207
Pagamento de riscos trabalhistas, cíveis e tributários	20	(106)	-	(106)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	10.a	(6.661)	1.474	(6.661)	1.474
Outros passivos		(156)	(196)	(156)	(196)
Juros pagos		(2.528)	(1.414)	(2.528)	(1.414)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(40.288)	(27.639)	(40.324)	(27.677)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		72.924	90.046	72.861	89.941
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Recebimento pela venda de imobilizado	24	36	56	36	56
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(16.509)	(32.689)	(16.509)	(32.642)
Aplicações financeiras de curto prazo		(144.460)	(165.698)	(144.460)	(167.888)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		165.238	140.064	165.300	140.117
Mútuo com empresas ligadas a receber		(1.856)	(1.812)	(1.856)	(1.812)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		2.449	(60.079)	2.511	(62.169)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimo e financ.		171.742	180.939	171.742	180.939
Amortização de emprést. e financ.		(180.485)	(154.982)	(180.485)	(154.982)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(66.856)	(66.641)	(66.856)	(66.641)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(75.599)	(40.684)	(75.599)	(40.684)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		**(226)**	**(10.717)**	**(227)**	**(12.912)**
Dimin. do caixa e equiv. de caixa					
No início do exercício	4	264	10.981	266	13.178
No fim do exercício	4	38	264	39	266
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		**(226)**	**(10.717)**	**(227)**	**(12.912)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Receita operacional líquida	22	385.347	379.035	385.347	379.035
Custos dos produtos vendidos	23	(188.242)	(171.245)	(188.242)	(171.245)
Lucro bruto		**197.105**	**207.790**	**197.105**	**207.790**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(38.797)	(40.947)	(38.797)	(40.947)
Gerais e administrativas	23	(42.268)	(47.565)	(42.310)	(47.596)
Remuneração da Admin.	10.b/23	(2.240)	(1.594)	(2.240)	(1.594)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(9.108)	(7.920)	(9.106)	(7.917)
Resultado da equivalência patrimonial	9	113	122	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais		**(92.300)**	**(97.904)**	**(92.453)**	**(98.054)**
Despesas financeiras	25	(28.880)	(26.642)	(28.880)	(26.642)
Receitas financeiras	25	30.440	29.845	30.629	30.034
Resultado financeiro líquido		**1.560**	**3.203**	**1.749**	**3.392**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**106.365**	**113.089**	**106.401**	**113.128**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	19.a	(37.758)	(41.045)	(37.794)	(41.084)
Diferidos	19.a	1.159	1.691	1.159	1.691
Lucro líquido do exercício		**69.766**	**73.735**	**69.766**	**73.735**
Lucro líquido por ação, básico e diluído - R$	18.b	**2,00**	**2,12**	**2,00**	**2,12**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Lucro líquido do exercício	**69.766**	**73.735**	**69.766**	**73.735**
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	649	-	649	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social	(221)	-	(221)	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**428**	**-**	**428**	**-**
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**70.194**	**73.735**	**70.194**	**73.735**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

A SAMA S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma companhia de capital fechado, sendo sua controladora a Eternit S.A., uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.

A Companhia tem como objeto social a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia é controladora da empresa Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás e esta não possui atividade econômica.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo. As reservas de minério crisotila são suficientes para uma produção, nos níveis atuais, de aproximadamente 19 anos.

Questão Jurídica do Amianto

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES (48h) À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DOEGO.indd 2 22/04/14 10:56

SAMA S.A. Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

A apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 15 de abril de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$).

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla a empresa relacionada na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral da mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e sua controlada são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.3.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.3.2. Receita de Juros

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não efetuou capitalização de custos com empréstimos relacionados ao imobilizado em andamento, devido a não relevância dos valores envolvidos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.6. Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.7. Tributação

2.7.1. Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7.2. Impostos de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 19 a).

2.7.3. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 19 b). Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

2.8. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo. Periodicamente essa vida útil-econômica é revisada e seus efeitos são ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Quaisquer ganhos ou perdas eventuais na venda ou baixa de um item do imobilizado (diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício que o ativo for baixado.

2.9. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A Companhia não possui ativo intangível gerado internamente.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.11. Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.12.1. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES (48h) À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DOEGO.indd 3 22/04/14 10:56

SAMA S.A. Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

2.12.2. Provisão para remonte da mina

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

2.12.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingencia/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Ajuste a valor presente

Os saldos de contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa SELIC acumulada até 31de dezembro de 2013 como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras” na demonstração do resultado.

2.14. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os passivos financeiros não derivativos classificados ao valor justo por meio do resultado.

ii) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro 2013, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

2.15. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura que no fim de cada exercício, o lucro líquido do exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas (vide nota explicativa nº 18 d).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incerteza nas Estimativas

Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstancias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos, os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período de revisão.

Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, as quais podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil. Periodicamente são realizadas as revisões dos valores recuperáveis e das estimativas de vida útil. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

3.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A administração da Companhia acredita que a provisão para riscos está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

3.4. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

3.5. Provisão para remonte da mina

A Companhia segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD e possui provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação. A Companhia possui equipe de especialistas ambientais, para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e quando necessário utiliza ainda especialistas externos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Caixa e bancos	38	66	39	68
Aplicações em certificados de depósito bancários compromissados	-	198	-	198
Total	**38**	**264**	**39**	**266**

Durante 2013 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101% durante 2012), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Fundos de investimentos	8.457	27.991	10.910	30.317
Total	**8.457**	**27.991**	**10.910**	**30.317**

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 102% da variação do CDI (101% em 31 de dezembro de 2012). Representam aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.

6. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contas a receber de clientes	20.163	21.358	20.163	21.358
Contas a receber de cliente exterior	55.521	61.228	55.521	61.228
(-) Ajuste a valor presente	(828)	(573)	(828)	(573)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre contas a receber	(619)	(1.657)	(619)	(1.657)
Total	**74.237**	**80.356**	**74.237**	**80.356**

As despesas com a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber são contabilizados no grupo de “despesas com vendas”.

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
A vencer	64.688	70.287	64.688	70.287
Valores vencidos:				
Até 30 dias	7.134	8.386	7.134	8.386
Entre 30 e 60 dias	1.187	1.007	1.187	1.007
Acima de 60 dias	1.228	676	1.228	676
	74.237	**80.356**	**74.237**	**80.356**

Movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Saldo inicial	(1.657)	(2.338)	(1.657)	(2.338)
Reversão	12	406	12	406
Baixa	1.026	275	1.026	275
Total	**(619)**	**(1.657)**	**(619)**	**(1.657)**

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES (48h) À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DOEGO.indd 4 22/04/14 10:56

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Produtos acabados	20.341	14.026	20.341	14.026
Produtos semi-acabados	2.116	2.757	2.116	2.757
Materiais auxiliares	13.334	10.226	13.334	10.226
(-) Provisão para perdas (*)	(190)	(190)	(190)	(190)
Total	**35.601**	**26.819**	**35.601**	**26.819**

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim representada:

Movimentos da provisão para perda

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2012	**(343)**	**(343)**
(+) Complemento de provisão no exercício	(345)	(345)
(–) Valores baixados da provisão	498	498
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(190)**	**(190)**
(+) Complemento de provisão no exercício	-	-
(–) Valores baixados da provisão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(190)**	**(190)**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram consumidos o equivalente a R$ 27.225 (R$ 22.969 em 2012) em matérias-primas registrado como custo na Companhia.

8. Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativo circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	811	811	811	811
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	25	70	74	124
Total	**836**	**881**	**885**	**935**
Ativo não circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.281	1.619	1.281	1.619

9. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do exercício:

	Participação e capital votante detidos - %	
Controlada	**31/12/13**	**31/12/12**
Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis")	99,94	99,94

Resumo das principais informações da controlada

Controlada	Localização	Atividade principal
Engedis	Minaçu - GO	Não possui atividade econômica, exceto aluguel e rendimento de aplicações financeiras.

A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Total
Em 1º de janeiro de 2012	**2.532**
Equivalência patrimonial	122
Em 31 de dezembro de 2012	**2.654**
Equivalência patrimonial	113
Em 31 de dezembro de 2013	**2.767**

Demonstramos abaixo os saldos da empresa controlada Engedis:

	2013	2012
Ativo	2.772	2.654
Passivo	3	2
Patrimônio líquido	2.769	2.656
Lucro líquido do exercício	113	122

10. Partes Relacionadas

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Saldos:		
Ativo circulante:		
Contas a receber: (i)		
Eternit S.A.	7.128	8.174
Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon")	852	1.286
Outras contas a receber Eternit S.A.	26	-
Total	**8.006**	**9.460**
Ativo não circulante	29.108	27.252
Mútuo (Eternit S.A.) (ii)	29.108	27.252
Passivo circulante		
Passivos com partes relacionadas:		
Dividendos e juros sobre o capital próprio - Eternit S.A. (iii)	8.735	15.396
Fornecedores		
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. ("Prel")	8	8
Reembolso despesas - Eternit S.A.	169	132
Precon - Compras de telhas	12	-
Total	**8.924**	**15.536**
Transações:		
Vendas:		
Eternit S.A.	70.264	74.823
Precon	10.631	9.817
Total	**80.895**	**84.640**
Despesas:		
Administrativas:		
Prel	128	122
Descontos concedidos:		
Eternit S.A.	-	122
Precon	-	-
Total	**128**	**244**
Receitas - juros sobre mútuo		
Eternit S.A.	**2.183**	**2.129**

(i) Os saldos a receber referem-se a fornecimentos de matéria-prima (minério crisotila), sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do ativo circulante.

(ii) Os recursos concedidos para sua controladora Eternit S.A., classificados no ativo não circulante, referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem a variação de 100% do CDI e o prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos investimentos no ativo imobilizado da Companhia.

(iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda retido na fonte a pagar para a controladora.

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existem garantias em aberto com partes relacionadas e provisão para perda de créditos.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o exercício é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Salários e honorários	892	776
Participação nos Resultados	1.348	666
Bônus Complementar	-	152
Total	**2.240**	**1.594**

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Esse plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações de acordo com o CPC 10 R1 - Pagamento baseado em ações; uma vez que, o executivo não recebe ações diretamente da Companhia; e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

11. Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Saldo em 01/01/2012	**560**	**13.538**	**36.945**	**16.360**	**119.939**	**4.807**	**4.103**	**5.729**	**2.212**	**1.847**	**13.387**	**589**	**220.016**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.958	31.958
Baixas	-	-	(126)	-	(42)	-	(47)	(57)	-	-	-	-	(272)
Transferências	-	698	1.704	8.250	3.801	11.474	222	908	203	3.932	-	(31.192)	-
Saldo em 31/12/2012	**560**	**14.236**	**38.523**	**24.610**	**123.698**	**16.281**	**4.278**	**6.580**	**2.415**	**5.779**	**13.387**	**1.355**	**251.702**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.801	15.801
Baixas	-	-	(398)	-	(52)	(55)	-	(470)	(81)	-	-	-	(1.056)
Transferências	-	-	2.516	2.960	5.432	461	259	842	256	-	-	(12.726)	-
Saldo em 31/12/2013	**560**	**14.236**	**40.641**	**27.570**	**129.078**	**16.687**	**4.537**	**6.951**	**2.590**	**5.779**	**13.387**	**4.430**	**266.446**
Taxas médias de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	20%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação e exaustão													
Saldo em 01/01/2012	**-**	**(10.768)**	**(34.068)**	**(13.276)**	**(99.660)**	**(3.705)**	**(3.820)**	**(3.286)**	**(1.835)**	**(211)**	**(2.183)**	**-**	**(172.812)**
Adições	-	(72)	(716)	(1.758)	(4.058)	(2.326)	(83)	(423)	(168)	(614)	(696)	-	(10.914)
Baixas	-	-	126	-	41	-	47	50	-	-	-	-	264
Saldo em 31/12/2012	**-**	**(10.840)**	**(34.658)**	**(15.034)**	**(103.677)**	**(6.031)**	**(3.856)**	**(3.659)**	**(2.003)**	**(825)**	**(2.879)**	**-**	**(183.462)**
Adições	-	(64)	(1.340)	(4.028)	(4.969)	(4.877)	(185)	(493)	(174)	(495)	(696)	-	(17.321)
Baixas	-	-	398	-	52	54	-	469	81	-	-	-	1.054
Saldo em 31/12/2013	**-**	**(10.904)**	**(35.600)**	**(19.062)**	**(108.594)**	**(10.854)**	**(4.041)**	**(3.683)**	**(2.096)**	**(1.320)**	**(3.575)**	**-**	**(199.729)**
Valor residual													
Em 01/01/2012	560	2.770	2.877	3.084	20.279	1.102	283	2.443	377	1.636	11.204	589	47.204
Em 31/12/2012	560	3.396	3.865	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.953	10.508	1.355	68.239
Em 31/12/2013	560	3.332	5.041	8.508	20.484	5.833	496	3.268	494	4.459	9.812	4.430	66.717

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES (48h) À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DOEGO.indd 5 22/04/14 10:56

SAMA S.A. Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

													Consolidado
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Saldo em 01/01/2012	**571**	**13.650**	**36.947**	**16.360**	**120.100**	**4.807**	**4.103**	**5.729**	**2.212**	**1.847**	**13.387**	**589**	**220.302**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.958	31.958
Baixas	-	-	(126)	-	(42)	-	(47)	(57)	-	-	-	-	(272)
Transferências	-	698	1.704	8.250	3.801	11.474	222	908	203	3.932	-	(31.192)	-
Saldo em 31/12/2012	**571**	**14.348**	**38.525**	**24.610**	**123.859**	**16.281**	**4.278**	**6.580**	**2.415**	**5.779**	**13.387**	**1.355**	**251.988**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.801	15.801
Baixas	-	-	(398)	-	(52)	(55)	-	(470)	(81)	-	-	-	(1.056)
Transferências	-	10	2.506	2.960	5.432	461	259	842	256	-	-	(12.726)	-
Saldo em 31/12/2013	**571**	**14.358**	**40.633**	**27.570**	**129.239**	**16.687**	**4.537**	**6.952**	**2.590**	**5.779**	**13.387**	**4.430**	**266.733**
Taxa média de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	20%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação													
Saldo em 01/01/2012	**-**	**(10.867)**	**(34.060)**	**(13.276)**	**(99.821)**	**(3.705)**	**(3.820)**	**(3.286)**	**(1.835)**	**(211)**	**(2.183)**	**-**	**(173.064)**
Adições	-	(76)	(724)	(1.758)	(4.058)	(2.326)	(83)	(423)	(168)	(614)	(696)	-	(10.926)
Baixas	-	-	126	-	41	-	47	50	-	-	-	-	264
Saldo em 31/12/2012	**-**	**(10.943)**	**(34.658)**	**(15.034)**	**(103.838)**	**(6.031)**	**(3.856)**	**(3.659)**	**(2.003)**	**(825)**	**(2.879)**	**-**	**(183.726)**
Adições	-	(64)	(1.340)	(4.028)	(4.969)	(4.877)	(185)	(493)	(174)	(495)	(696)	-	(17.321)
Baixas	-	-	398	-	51	54	-	469	81	-	-	-	1.053
Saldo em 31/12/2013	**-**	**(11.007)**	**(35.600)**	**(19.062)**	**(108.756)**	**(10.854)**	**(4.041)**	**(3.683)**	**(2.096)**	**(1.320)**	**(3.575)**	**-**	**(201.047)**
Valor residual													
Em 01/01/2012	571	2.783	2.887	3.084	20.279	1.102	283	2.443	377	1.636	11.204	589	47.238
Em 31/12/2012	571	3.405	3.867	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.954	10.508	1.355	68.262
Em 31/12/2013	571	3.351	5.033	8.508	20.483	5.833	496	3.269	494	4.459	9.812	4.430	66.739

Em razão de processos judiciais, a Companhia ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor residual de R$ 1.272.

12. Intangível

			Controladora
	Softwares	Intangível em andamento	Total
Custo			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	**3.608**	**-**	**3.608**
Adições	-	731	731
Transferências	731	(731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**4.339**	**-**	**4.339**
Adições	-	708	708
Transferências	708	(708)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**5.047**	**-**	**5.047**
Vida útil (em anos)	5	-	-
Amortização			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	**(2.162)**	**-**	**(2.162)**
Adições	(439)	-	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(2.601)**	**-**	**(2.601)**
Adições	(584)	-	(584)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(3.185)**	**-**	**(3.185)**
Valor residual			
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1.446	-	1.446
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.738	-	1.738
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.862	-	1.862

			Consolidado
	Softwares	Intangível em andamento	Total
Custo			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	**3.629**	**-**	**3.629**
Adições	-	731	731
Transferências	731	(731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**4.360**	**-**	**4.360**
Adições	-	708	708
Transferências	708	(708)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**5.068**	**-**	**5.068**
Vida útil (em anos)	5	-	-
Amortização			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	**(2.162)**	**-**	**(2.162)**
Adições	(444)	-	(444)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(2.606)**	**-**	**(2.606)**
Adições	(588)	-	(588)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(3.194)**	**-**	**(3.194)**
Valor residual			
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1.467	-	1.467
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.754	-	1.754
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.874	-	1.874

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Mercado Interno	10.714	9.448	10.714	9.448
Mercado Externo	623	436	623	436
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	(25)	(12)	(25)	(12)
Total	**11.312**	**9.872**	**11.312**	**9.872**

14. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a)	4.952	5.071	4.952	5.071
ACE (b)	39.955	26.319	39.955	26.319
ACC (c)	-	20.429	-	20.429
	44.907	**51.819**	**44.907**	**51.819**
Não circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a)	8.311	12.670	8.311	12.670
Total	**8.311**	**12.670**	**8.311**	**12.670**
Fluxo de pagamento do não circulante:				
2015	4.914	4.914	4.914	4.914
2016	3.030	4.165	3.030	4.165
2017	367	3.132	367	3.132
Total	**8.311**	**12.670**	**8.311**	**12.670**

(a) A Companhia captou financiamento junto ao BNDES/Finame para aquisição de veículos (caminhões e máquinas) com taxa média de 2,65% a.a. + TJLP e 7,7% a.a., vencíveis de 48 e 60 meses.

(b) Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE - Trata-se de recursos destinados a alavancar o capital de giro, captados em dólares norte-americanos à taxa cambial média de R$ 2,2836 e atualizados pela taxa corrente de R$ 2,342 referente a 31 de dezembro de 2013. A taxa de captação - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Eternit S.A. é avalista em R$ 14.521 das operações de ACE da Companhia, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 era R$ 39.955 (R$ 20.429 em 31 de dezembro de 2012).

(c) Os adiantamentos de contrato de câmbio - ACC, os quais foram captados para alavancar o capital de giro da Companhia, eram vencíveis em 360 dias e foram liquidados durante 2013 com as exportações do exercício. A taxa de captação - PRIME média foi de 3,25% a.a. e os adiantamentos foram captados em dólares norte-americanos, convertidos e atualizados à taxa de câmbio PTAX. A captação ocorreu decorrente à expectativa do aumento das exportações. O ACC foi totalmente liquidado no exercício de 2013.

A Companhia possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2013.

15. Provisões e Encargos Sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Férias	4.125	3.667	4.125	3.667
Participação nos lucros e resultados (a)	6.111	9.049	6.111	9.049
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	292	280	292	280
Instituto nacional do seguro social - INSS	904	853	904	853
Salário educação	62	60	62	60
Previdência privada (b)	369	382	369	382
Contribuição sindical	4	38	4	38
Total	**11.867**	**14.329**	**11.867**	**14.329**

a) Participação nos lucros e resultados

A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com a Companhia.

A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/13	31/12/12
Controladora e consolidado	6.111	9.049

b) Previdência privada

A Companhia oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, sem vínculo com a Companhia. O plano é denominado Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, com característica de contribuição definida. Vide detalhes sobre este plano na nota explicativa nº 21.

16. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	10.455	12.832	10.455	12.832
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	2.377	3.182	2.379	3.183
Demais tributos:				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	1.880	1.713	1.880	1.713
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.416	1.423	1.416	1.423
Programa de integração social - PIS	307	309	307	309
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	477	601	477	601
Contribuição Financeira de compensação de recursos minerais	1.515	1.358	1.515	1.358
Outros	215	122	215	122
Total	**18.642**	**21.540**	**18.644**	**21.541**

17. Provisão para Benefícios Futuros a Ex-Empregados

A Companhia, com base em laudo atuarial para a data-base 31 de dezembro de 2013, preparado por empresa especializada independente, contabilizou uma provisão para fazer a face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES (48h) À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DOEGO.indd 6 22/04/14 10:56

SAMA MINERAÇÕES ASSOCIADAS

SAMA S.A. Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	Controladora e Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Taxa anual de juro atuarial real	6,32%	3,5%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,0%	1,0%
Taxa anual de inflação projetada	5,8%	5,2%
Tabua de mortalidade geral	AT-2000	GAM83

Em 31 de dezembro de 2013 ocorreu a mudança na tábua de mortalidade decorrente da alteração da taxa de sobrevivência do grupo populacional beneficiário.

b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante	1.687	1.281	1.687	1.281
Não circulante	10.818	11.756	10.818	11.756
	12.505	**13.037**	**12.505**	**13.037**

c) Despesa líquida com benefício em 2013 (reconhecida no resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Custo dos juros e serviços corrente	1.236	1.108	1.236	1.108
Benefícios pagos	(2.000)	(1.434)	(2.000)	(1.434)
Despesa líquida com benefício	**(764)**	**(326)**	**(764)**	**(326)**

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora	Consolidado
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2012	9.992	9.992
Custo dos juros e serviços corrente	1.108	1.108
Benefícios pagos	(1.434)	(1.434)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2012	**9.666**	**9.666**
Custo dos juros e serviços corrente	1.236	1.236
Benefícios pagos	(2.000)	(2.000)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013	**8.902**	**8.902**

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2013

	Controladora	Consolidado
01 de janeiro de 2013	**13.917**	**13.917**
Custo dos juros e serviços corrente	1.236	1.236
Subtotal incluído no resultado	1.236	1.236
Benefícios pagos	(1.999)	(1.999)
Ajustes de experiência	(649)	(649)
Subtotal incluído em outros resultados abrangentes	(649)	(649)
31 de dezembro de 2013	**12.505**	**12.505**

Em 31 de dezembro de 2012 não foram reconhecidos por mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano e nos custos dos serviços passados o valor de R$ 1.392 na controladora e R$ 1.392 no consolidado.

f) Análise de sensibilidade

Controladora		Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	12.505	11.604	13.585	12.505	13.594	11.553
Variação		**(7,20%)**	**8,64%**		**8,71%**	**(7,61%)**

Consolidado		Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	12.505	11.677	13.493	12.505	13.505	11.633
Variação		**(6,62%)**	**7,90%**		**8,00%**	**(6,97%)**

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Dentro dos próximos 12 meses	1.687	1.608	1.687	1.608
Entre 2 e 5 anos	2.200	4.937	2.200	4.937
Entre 5 e 10 anos	1.427	3.176	1.427	3.176
Após 10 anos	7.191	3.316	7.191	3.316
	12.505	**13.037**	**12.505**	**13.037**

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia está totalmente integralizado, no valor de R$ 65.100, representado por 34.847.445 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controlador	69.766	73.735
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias	34.847.445	34.847.445
Lucro básico e diluído por ação - R$	2,00	2,12

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

c) Dividendos

Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R$
AGE de 31/03/13	30/04/13	4.886	0,3865
AGE de 31/03/13	31/05/13	5.000	0,3865
AGE de 31/03/13	28/06/13	3.582	0,3865
AGE de 30/06/13	30/07/13	15.221	0,6189
AGE de 30/06/13	30/08/13	6.346	0,6189
AGE de 30/09/13	30/10/13	5.000	0,6347
AGE de 30/09/13	29/11/13	7.000	0,6347
AGE de 30/09/13	30/12/13	10.118	0,6347
AGE de 31/12/13	28/02/14	5.000	0,2284
AGE de 31/12/13	31/03/14	2.959	0,2284
Total		**65.112**	

d) Juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio propostos ou pagos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R$
AGE de 31/03/13	30/04/13	1.185	0,0340
AGE de 30/06/13	30/07/13	1.202	0,0345
AGE de 30/09/13	30/10/13	1.192	0,0342
AGE de 31/12/13	30/01/14	913	0,0262
Total		**4.492**	

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	106.365	113.089	106.401	113.128
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(36.164)	(38.450)	(36.176)	(38.463)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	39	42	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.527	1.753	1.527	1.753
Doações e brindes	(486)	(1.049)	(486)	(1.049)
Outras (adições) exclusões sobre diferenças temporárias	(1.515)	(1.650)	(1.500)	(1.634)
Despesa do exercício	**(36.599)**	**(39.354)**	**(36.635)**	**(39.393)**
Taxa Efetiva	34,4%	34,8%	34,4%	34,8%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social corrente	(37.758)	(41.045)	(37.794)	(41.084)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.159	1.691	1.159	1.691
	(36.599)	**(39.354)**	**(36.635)**	**(39.393)**

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP, concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Baseado nas análises realizadas, interpretação do texto corrente da MP 627/13 e discussões internas, a Companhia converge pela adoção antecipada no exercício fiscal 2014, de qualquer forma aguarda o esclarecimento de algumas matérias e possíveis emendas para tornar oficial tal decisão.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Benefícios futuros a ex-empregados	4.252	4.156	4.252	4.156
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.082	6.234	7.082	6.234
Provisão para perdas no recebimento de créditos	210	2.762	210	2.762
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.440	2.228	1.440	2.228
Mercadorias não embarcadas	2.271	-	2.271	-
Provisão remonte da mina	1.342	-	1.342	-
Provisão ajuste valor presente clientes/fornecedores	273	-	273	-
Provisão perdas ações Eletrobrás	273	-	273	-
Outras provisões	173	998	175	998
Total	**17.316**	**16.378**	**17.318**	**16.378**

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
2013	-	2.359
2014	5.027	547
2015	1.549	547
2016 a 2022	10.740	12.925
Total	**17.316**	**16.378**

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2013, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES (48h) À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DOEGO.indd 7 22/04/14 10:56

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

20. Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Processos trabalhistas (i)	8.730	6.987	8.730	6.987
Processos cíveis	4.368	4.305	4.368	4.305
Processos tributários (ii)	13.440	12.920	13.440	12.920
Total	**26.538**	**24.212**	**26.538**	**24.212**

i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra, (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insalubridade e periculosidade, (iv) verbas rescisórias entre outras.

ii) Na área tributária os principais processos englobam:

a) Discussões referente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

b) Discussões referentes a imposto de renda e contribuição social.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

				Controladora
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	**6.780**	**3.481**	**11.676**	**21.937**
Adições	781	824	1.244	2.849
Reversões	(574)	-	-	(574)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**6.987**	**4.305**	**12.920**	**24.212**
Adições	1.849	507	1.550	3.906
Pagamentos	(106)	-	-	(106)
Reversões	-	(444)	(1.030)	(1.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**8.730**	**4.368**	**13.440**	**26.538**

				Consolidado
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	**6.780**	**3.481**	**11.676**	**21.937**
Adições	781	824	1.244	2.849
Reversões	(574)	-	-	(574)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**6.987**	**4.305**	**12.920**	**24.212**
Adições	1.849	507	1.550	3.906
Pagamentos	(106)	-	-	(106)
Reversões	-	(444)	(1.030)	(1.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**8.730**	**4.368**	**13.440**	**26.538**

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2013, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poções com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.

b) Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados. A ação referente ao Estado do Rio de Janeiro foi julgada improcedente enquanto que a de Pernambuco procedente. Ambas estão pendentes de recurso, sendo que na ação civil pública do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal daquele Estado suspendeu o processo por entender que a matéria é de ordem constitucional devendo, portanto, ser apreciada após o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

c) Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R$ 261 (R$ 461 em 31 de dezembro de 2012), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Por outro lado, quando necessário, a Companhia efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. Plano de Suplementação de Aposentadoria

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade financeira devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pela Companhia e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contribuições efetuadas no exercício	2.124	1.739	2.124	1.739

22. Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receita bruta de vendas	456.755	443.266	456.755	443.266
Impostos incidentes sobre as vendas	(71.408)	(64.231)	(71.408)	(64.231)
Receita operacional líquida	**385.347**	**379.035**	**385.347**	**379.035**

23. Informações sobre a Natureza das Despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(188.242)	(171.245)	(188.242)	(171.245)
Despesas com vendas	(38.797)	(40.947)	(38.797)	(40.947)
Despesas administrativas e despesas técnicas	(44.508)	(49.159)	(44.550)	(49.190)
	(271.547)	**(261.351)**	**(271.589)**	**(261.382)**
Matéria-prima consumida	(27.225)	(22.969)	(27.225)	(22.969)
(-) Ajuste a valor presente	228	72	228	72
Despesas com pessoal e encargos	(56.957)	(50.688)	(56.957)	(50.688)
Materiais, energia elétrica e serviços	(40.358)	(57.615)	(40.358)	(57.615)
Despesas de vendas variáveis	(34.273)	(36.711)	(34.273)	(36.711)
Depreciação e amortização	(17.905)	(11.353)	(17.909)	(11.369)
Serviços de terceiros	(44.075)	(58.565)	(44.075)	(58.565)
Comissões sobre vendas	(1.473)	(1.778)	(1.473)	(1.778)
Contribuição para entidades de classe	(4.809)	(3.216)	(4.809)	(3.216)
Propaganda e publicidade	(1.990)	(2.078)	(1.990)	(2.078)
Impostos e taxas	(1.543)	(1.221)	(1.543)	(1.221)
Participação nos resultados	(6.672)	-	(6.672)	-
Gastos parada excepcional	(4.684)	-	(4.684)	-
Despesas com remonte da mina	(1.526)	-	(1.526)	-
Despesas eventuais - Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(1.725)	-	(1.725)	-
Conservação e limpeza	(1.983)	-	(1.983)	-
Outras	(24.577)	(15.229)	(24.615)	(15.244)
	(271.547)	**(261.351)**	**(271.589)**	**(261.382)**

24. Outras Despesas Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	355	516	355	516
Aluguéis	511	480	535	503
Vendas de bens do imobilizado	36	56	36	56
Outras vendas	131	158	131	158
	1.033	**1.210**	**1.057**	**1.233**
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(2.326)	(2.275)	(2.327)	(2.275)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(1.725)	(6.181)	(1.725)	(6.181)
Impostos sobre outras vendas	(578)	(513)	(580)	(513)
Custo da baixa do imobilizado	(3)	264	(3)	264
Gastos parada excepcional (i)	(4.684)	-	(4.684)	-
Outras	(825)	(425)	(825)	(445)
	(10.129)	**(9.130)**	**(10.144)**	**(9.150)**
Total	**(9.108)**	**(7.920)**	**(9.087)**	**(7.917)**

(i) Este gasto refere-se à parada da produção ocorrida no mês de dezembro, motivada pelas férias coletivas concedidas aos empregados e manutenção da planta industrial.

25. Receitas (Despesas) Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas financeiras:				
Variação cambial passiva	(22.486)	(21.289)	(22.486)	(21.289)
Descontos concedidos	(1.199)	(676)	(1.199)	(676)
Juros passivos	(2.782)	(1.782)	(2.782)	(1.782)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(119)	(79)	(119)	(163)
Despesas bancárias	(137)	(198)	(137)	(114)
Variação passiva outros	(2.513)	(2.230)	(2.513)	(2.230)
Outras	356	(388)	356	(388)
	(28.880)	**(26.642)**	**(28.880)**	**(26.642)**
Receitas financeiras:				
Variações cambiais ativas	23.810	21.987	23.810	21.987
Juros ativos recebidos	3.093	3.258	3.093	3.258
Juros sobre mútuo	2.183	2.129	2.183	2.129
Rendimentos de aplicações financeiras	1.244	2.358	1.433	2.547
Variações monetárias ativas	6	12	6	12
Outras	104	101	104	101
	30.440	**29.845**	**30.629**	**30.034**
Total	**1.560**	**3.203**	**1.749**	**3.392**

26. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2013, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R$ 130.000

27. Instrumentos Financeiros

27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, através de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas, entretanto, tal avaliação requer considerável julgamento e estimativas para identificar o valor de realização mais adequado. Como consequência as estimativas podem não indicar necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
Mensurados ao valor justo	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	38	264	39	266
Aplicações financeiras	8.457	27.991	10.910	30.317
Contas a receber mercado externo	55.521	61.228	55.521	61.228
	64.016	**89.483**	**66.470**	**91.811**

continua...

SAMA S.A. Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
Mensurados ao custo amortizado	**31/12/13**	**31/12/12**	**31/12/13**	**31/12/12**
Passivos Financeiros				
Fornecedores	11.312	9.872	11.312	9.872
Empréstimos e financiamentos	53.218	64.489	53.218	64.489
	64.530	**74.361**	**64.530**	**74.361**

b) Valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde os dados que têm efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

A Companhia adotou a premissa com base na hierarquia que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

				Controladora
Mensurados ao valor justo	**31/12/13**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	38	38	-	-
Aplicações financeiras	8.457	8.457	-	-
Contas a receber mercado externo	55.521	55.521	-	-
	64.016	**64.016**	**-**	**-**

				Consolidado
Mensurados ao valor justo	**31/12/13**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	39	39	-	-
Aplicações financeiras	10.910	10.910	-	-
Contas a receber mercado externo	55.521	55.521	-	-
	66.470	**66.470**	**-**	**-**

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

27.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba dois tipos de risco no caso da Companhia: a) Risco de câmbio e b) Risco de taxa de juros.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais especialmente relacionadas a contratação de adiantamentos de contrato de exportação, denominados ACC e ACE, denominados em dólares norte-americano (nota explicativa nº 14) da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Controladora e Consolidado		Cotação em 31/12/13
	31/12/13	**31/12/12**	**(US$ 1,00 = R$ 1,00)**
Clientes no mercado externo	55.521	61.228	2,3420
Fornecedores no mercado externo	(623)	(436)	23420
ACE	(39.955)	(26.319)	2,3420
ACC	-	(20.429)	2,3420
Total da exposição cambial	**14.943**	**14.047**	

a.1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambias dos instrumentos financeiros da Companhia, foram efetuados dois cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2013. Conforme previsão da instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu a análise de sensibilidade utilizando o cenário provável 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Veja quadro abaixo.

				Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
Saldos (Moeda estrangeira) - Consolidado	**Risco**	**Taxa USD (*)**	**Posição em 31/12/13**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
USD	-			1,17	1,76	2,93	3,51
Clientes mercado externo	Var. do US$	2,3420	55.521	27.761	41.641	69.402	83.282
Fornecedores mercado externo	Var. do US$	2,3420	(623)	(318)	(477)	(779)	(935)
ACE	Var. do US$	2,3420	(39.955)	(19.978)	(29.967)	(49.944)	(59.933)
(Perda) ganho potencial			**14.943**	**7.465**	**11.197**	**18.679**	**22.414**

(*) As taxas do dólar foram retiradas do site do Bacen no último dia útil de 2013.

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	**31/12/12**	**31/12/13**	**31/12/12**
Ativo:				
Aplicações financeiras	8.457	27.991	10.910	30.317
Passivo:				
ACE	(39.955)	(26.319)	(39.955)	(26.319)
ACC	-	(20.429)	-	(20.429)
Empréstimos e financiamentos	(13.263)	(17.741)	(13.263)	(17.741)
Total da exposição à taxa de juros	**(44.761)**	**(36.498)**	**(42.308)**	**(34.172)**

A Administração da Companhia entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros utilizando o cenário provável de risco de redução da taxa em 50% (Cenário I) e 25% (Cenário II), e de aumento da taxa em 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV), além do cenário provável que é a manutenção dos juros atuais.

			Projeção Receitas/(Despesas) Financeiras - Um Ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
Aplicações financeiras - Consolidado	**Indexador**	**Posição em 31/12/2013**	**Cenário Provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
	CDI	-	8,23%	4,12%	6,17%	10,29%	12,35%
	TJLP	-	5,00%	2,50%	3,75%	6,25%	7,50%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	10.910	898	450	673	1.123	1.347
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(13.263)	(663)	(332)	(497)	(829)	(995)

c) Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente da Companhia representa mais de 5**%** dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2013, e (2% em 31 de dezembro de 2012).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/13	**31/12/12**	**31/12/13**	**31/12/12**
Empréstimos e financiamentos	53.218	64.489	53.218	64.489
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(38)	(264)	(39)	(266)
Dívida líquida	53.180	64.225	53.179	64.223
Patrimônio líquido	96.305	95.715	96.305	95.715
Dívida líquida e patrimônio líquido	**43.125**	**31.490**	**43.126**	**31.492**

28. Compromissos e Garantias

A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores para os próximos anos, relacionados a administração, operação e manutenção de seus ativos. Os compromissos existentes seguem as práticas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía as seguintes garantias:

(i) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R$ 1.272, conforme mencionado na nota explicativa 11;

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES (48h) À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DOEGO.indd 9 22/04/14 10:56

SAMA S.A. Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

(ii) Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R$ 3.770, junto ao Banco Safra, com vencimento para março de 2015;

(iii) Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R$ 1.440, junto ao Banco Bradesco, com vencimento indeterminado.

29. Ambiente e Recursos Minerais

Ambiente

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89, são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A Companhia segue o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, homologado e com cronograma para "remonte do site", após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a Companhia está apta para extrair e processar o mineral crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do mineral crisotila devem cessar no ano 2032, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A Companhia registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	31/12/13	31/12/12
Taxa de desconto	10,00% a.a.	7,54% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,00% a.a.	5,2% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados

Ano	31/12/13	31/12/12
2032	3.655	3.082
2033	3.137	2.645
2034	1.625	1.371
2035 a 2039	1.309	1.103
Total	**9.726**	**8.201**

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2039.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina em 2013 foi de R$ 1.525 (R$ 1.497 em 2012), calculado com base na produção atual de minério crisotila.

Recursos minerais (Não auditado)

Os detalhes dos recursos minerais (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela Companhia, são conforme segue:

	31/12/13	31/12/12
Recursos minerais	8.171.458 t	8.462.643 t
Produção anual	291.186 t	304.568 t
Vida útil estimada da mina	19 anos	30 anos

Diretoria

Nelson Pazikas — Rubens Rela Filho

Ailton Rodrigues Alves
Contador - CRC-GO 014951

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
SAMA S.A. - Minerações Associadas
Minaçu - GO

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SAMA S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da SAMA S.A. - Minerações Associadas, individual e consolidada, em 31 de dezembro de 2013 e os respectivos desempenhos de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3.937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 15 de abril de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Clinton L. Fernandes
Contador CRC-1SP205541/O-2

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOEGO ATÉ ÀS 10H DE DOIS DIAS ANTERIORES (48h) À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DOEGO.indd 10 22/04/14 10:56

SAMA S.A. - Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Relatório da Diretoria de 2013

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Mineral Crisotila

Em 2013, a SAMA, vendeu 295 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 2,64% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 164,6 mil toneladas, representando um aumento de 8,29% na comparação entre os anos de 2013 e 2012, exportações tiveram um volume de 130,4 mil toneladas, apresentando um recuo de 13,64% na comparação com o ano anterior em função, da redução do mercado da Índia. No final de 2013, a SAMA possuía 15% do mercado mundial de minério crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Indonésia, Colômbia, México, Malásia, Tailândia, Equador, Bolívia, Zimbábue, Vietnã, Estados Unidos, Sri-Lanka, El Salvador, Angola, Alemanha, Filipinas, Peru, Zâmbia, Argentina, Arábia Saudita e Canadá.

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia mantém um programa Portas Abertas, (que já recebeu mais de 15 mil visitantes em dez anos de existência), é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso Seguro do Crisotila.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R$ 385,3 milhões em 2013, um aumento de 1,66% em relação a 2012. No mercado interno, a receita líquida apresentou crescimento de 11,94% em relação a 2012 e totalizou R$ 238,4 milhões. O crescimento da receita líquida no mercado interno é decorrente do comportamento dos preços. A receita líquida proveniente de exportações somou R$ 146,9 milhões, uma redução de 11,51% em relação a 2012, devido à redução das vendas externas, embora a valorização da moeda externa e o aumento dos preços não foram suficientes para manter o crescimento.

Lucro Líquido

A SAMA registrou um lucro líquido de R$ 69,7 milhões em 2013, uma redução de 5,38% em relação a 2012, principalmente pelos fatores comentados acima.

Do lucro líquido do exercício, R$ 170 mil foi destinado para Retenção de Lucros e R$ 69,6 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Investimentos

Os investimentos somaram R$ 16,5 milhões em 2013, uma redução de 42,59% em relação ao ano anterior, investimentos com recurso próprio, sendo a principal finalidade a manutenção da operação atual e aumento da produtividade da planta industrial. Os principais investimentos foram para aquisição de Perfuratriz, Carregadeira, Trator de Pneu 824, máquinas e equipamentos em substituição da frota terceirizada.

O Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade.

MINERAL CRISOTILA OU AMIANTO CRISOTILA

Questão Jurídica do Amianto

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Prêmios

A Companhia conquistou diversos prêmios em 2013, estes confirmam a posição de destaque da mineradora no mercado nacional e internacional.

Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2013:

• Instituto Great Place To Work

- *As 100 Melhores Empresas para Trabalhar América Latina 2013 - 7º Lugar*

Categoria: As 25 melhores empresas, acima de 500 a 1.000 funcionários

• Instituto Great Place To Work e Jornal O Popular

- *Melhores Empresas para Trabalhar no Centro Oeste - 2º Lugar*

• Consultoria Great Place To Work e Revista Época

- *Melhores Empresas para Trabalhar - 6º Lugar*

Categoria: Médias e Pequenas Nacionais (de 100 a 999 funcionários)

Sub categorias: - *3º Lugar*: A melhores em qualidade de vida
- *6º Lugar*: As melhores do setor indústria
- *8º Lugar*: A que treinam melhor

• Revista Você S/A

- *As Melhores Empresas para Você Trabalhar - 1º Lugar*

Categoria: Melhor empresa no setor mineração

• Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH

- *Prêmio Ser Humano Goiás 2013 - 1º Lugar*

Modalidade: Melhores Práticas em Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

• Revista Valor Carreira

- *As Melhores em Gestão de Pessoas - 2º Lugar*

Categoria: 501 a 1.000 funcionários

Visitas

A SAMA possui o "Programa Portas Abertas" que visa atender às solicitações para conhecer de perto o processo produtivo da mineradora.

Em 2013 a SAMA recebeu 1.718 pessoas que conheceram a extração e o beneficiamento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2013; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 23 de abril de 2014.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	38	264	39	266
Aplicações financeiras	5	8.457	27.991	10.910	30.317
Contas a receber	6	74.237	80.356	74.237	80.356
Estoques	7	35.601	26.819	35.601	26.819
Impostos a recuperar	8	836	881	885	935
Partes relacionadas	10.a	8.006	9.460	8.006	9.460
Outros ativos circulantes		1.175	1.164	1.178	1.164
Total do ativo circulante		**128.350**	**146.935**	**130.856**	**149.317**
Não circulante					
Depósitos judiciais		4.249	4.278	4.251	4.280
Impostos a recuperar	8	1.281	1.619	1.281	1.619
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	17.316	16.378	17.318	16.378
Partes relacionadas	10.a	29.108	27.252	29.108	27.252
Investimentos	9	2.767	2.654	-	-
Imobilizado	11	66.717	68.239	66.739	68.262
Intangível	12	1.862	1.738	1.874	1.754
Outros ativos não circulantes		701	1.681	934	1.915
Total do ativo não circulante		**124.001**	**123.839**	**121.505**	**121.460**
TOTAL DO ATIVO		**252.351**	**270.774**	**252.361**	**270.777**

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Circulante					
Fornecedores	13	11.312	9.872	11.312	9.872
Empréstimos e financiamentos	14	44.907	51.819	44.907	51.819
Provisões e encargos sociais	15	11.867	14.329	11.867	14.329
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10 a 18.c/ d	8.735	15.396	8.735	15.396
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	1.687	1.281	1.687	1.281
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	18.642	21.540	18.644	21.541
Outros passivos circulantes		3.503	3.347	3.503	3.346
Total do passivo circulante		**100.653**	**117.584**	**100.655**	**117.584**
Não circulante					
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	10.818	11.756	10.818	11.756
Empréstimos e financiamentos	14	8.311	12.670	8.311	12.670
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	26.538	24.212	26.538	24.212
Provisão para remonte da mina	29	9.726	8.201	9.726	8.201
Outros passivos não circulantes		-	636	1	639
Total do passivo não circulante		**55.393**	**57.475**	**55.394**	**57.478**
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	65.100	65.100	65.100	65.100
Reserva de capital		343	343	350	343
Reservas de lucros		30.434	30.272	30.434	30.272
Outros resultados abrangentes		428	-	428	-
Total do patrimônio líquido		**96.305**	**95.715**	**96.312**	**95.715**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**252.351**	**270.774**	**252.361**	**270.777**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Receita operacional líquida	22	385.347	379.035	385.347	379.035
Custos dos produtos vendidos	23	(188.242)	(171.245)	(188.242)	(171.245)
Lucro bruto		**197.105**	**207.790**	**197.105**	**207.790**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(38.797)	(40.947)	(38.797)	(40.947)
Gerais e administrativas	23	(42.268)	(47.565)	(42.310)	(47.596)
Remuneração da Admin.	10.b/23	(2.240)	(1.594)	(2.240)	(1.594)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(9.108)	(7.920)	(9.106)	(7.917)
Resultado da equivalência patrimonial	9	113	122	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais		**(92.300)**	**(97.904)**	**(92.453)**	**(98.054)**
Despesas financeiras	25	(28.880)	(26.642)	(28.880)	(26.642)
Receitas financeiras	25	30.440	29.845	30.629	30.034
Resultado financeiro líquido		**1.560**	**3.203**	**1.749**	**3.392**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**106.365**	**113.089**	**106.401**	**113.128**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	19.a	(37.758)	(41.045)	(37.794)	(41.084)
Diferidos	19.a	1.159	1.691	1.159	1.691
Lucro líquido do exercício		**69.766**	**73.735**	**69.766**	**73.735**
Lucro líquido por ação, básico e diluído - R$	18.b	**2,00**	**2,12**	**2,00**	**2,12**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Lucro líquido do exercício	**69.766**	**73.735**	**69.766**	**73.735**
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	649	-	649	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social	(221)	-	(221)	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**428**	**-**	**428**	**-**
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**70.194**	**73.735**	**70.194**	**73.735**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012		**65.100**	**353**	**12.150**	**12.150**	**342**	**-**	**-**	**90.095**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	73.735	-	73.735
Constituição de reservas		-	(10)	870	(5.640)	10.400	(5.620)	-	-
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,148 por ação em circulação	18.d	-	-	-	-	-	(5.157)	-	(5.157)
Dividendos - R$ 1,81 por ação em circulação	18.c	-	-	-	-	-	(62.958)	-	(62.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		**65.100**	**343**	**13.020**	**6.510**	**10.742**	**-**	**-**	**95.715**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	69.766	-	69.766
Constituição de reservas		-	-	-	-	162	(162)	-	-
Ganho/(perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	428	428
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,1289 por ação em circulação	18.d	-	-	-	-	-	(4.492)	-	(4.492)
Dividendos - R$ 2,0537 por ação em circulação	18.c	-	-	-	-	-	(65.112)	-	(65.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		**65.100**	**343**	**13.020**	**6.510**	**10.904**	**-**	**428**	**96.305**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2013	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		106.365	113.089	106.401	113.128
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equiv. patrimonial	9	(113)	(122)	-	-
Depreciação e amortização	11/12	17.905	11.353	17.909	11.370
Resultado na baixa de ativos permanentes		(33)	264	(33)	264
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber	6	(12)	(681)	(12)	(681)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	2.432	2.275	2.432	2.275
Provisão remonte da mina	29	1.525	5.428	1.525	5.428
Provisão benefícios ex-colaboradores circulante e não circulante	17.b	(532)	4.900	(532)	4.900
Reversão (provisão) para perdas diversas		585	635	585	635
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		(2.553)	1.476	(2.551)	1.476
Rendimento de aplicações financ.		(1.244)	(2.358)	(1.434)	(2.548)
Variação líquida desp. antecipadas		11	-	11	-
		124.336	**136.259**	**124.301**	**136.247**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	5.876	(16.590)	5.876	(16.590)
Partes relacionadas a receber	10	1.477	(795)	1.477	(795)
Estoques	7	(8.782)	(3.550)	(8.782)	(3.550)
Impostos a recuperar	8	383	(1.589)	388	(1.643)
Depósitos judiciais		29	(936)	29	(936)
Outros ativos		11	530	13	530
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	13	1.453	(83)	1.453	(83)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		293	368	294	367
Partes relacionadas a pagar	10	49	-	49	-
Provisões e encargos sociais	15	(2.462)	4.207	(2.462)	4.207
Pagamento de riscos trabalhistas, cíveis e tributários	20	(106)	-	(106)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	10.a	(6.661)	1.474	(6.661)	1.474
Outros passivos		(156)	(196)	(156)	(196)
Juros pagos		(2.528)	(1.414)	(2.528)	(1.414)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(40.288)	(27.639)	(40.324)	(27.677)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		72.924	90.046	72.861	89.941
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Recebimento pela venda de imobilizado	24	36	56	36	56
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(16.509)	(32.689)	(16.509)	(32.642)
Aplicações financeiras de curto prazo		(144.460)	(165.698)	(144.460)	(167.888)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		165.238	140.064	165.300	140.117
Mútuo com empresas ligadas a receber		(1.856)	(1.812)	(1.856)	(1.812)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		2.449	(60.079)	2.511	(62.169)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimo e financ.		171.742	180.939	171.742	180.939
Amortização de emprést. e financ.		(180.485)	(154.982)	(180.485)	(154.982)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(66.856)	(66.641)	(66.856)	(66.641)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(75.599)	(40.684)	(75.599)	(40.684)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		**(226)**	**(10.717)**	**(227)**	**(12.912)**
Dimin. do caixa e equiv. de caixa					
No início do exercício	4	264	10.981	266	13.178
No fim do exercício	4	38	264	39	266
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		**(226)**	**(10.717)**	**(227)**	**(12.912)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

A SAMA S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma companhia de capital fechado, sendo sua controladora a Eternit S.A., uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.

A Companhia tem como objeto social a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia é controladora da empresa Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás e esta não possui atividade econômica.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo. As reservas de minério crisotila são suficientes para uma produção, nos níveis atuais, de aproximadamente 19 anos.

Questão Jurídica do Amianto

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis -, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

A apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 15 de abril de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$).

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2. Bases de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla a empresa relacionada na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral da mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e sua controlada são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.3.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.3.2. Receita de Juros

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não efetuou capitalização de custos com empréstimos relacionados ao imobilizado em andamento, devido a não relevância dos valores envolvidos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.6. Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.7. Tributação

2.7.1. Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7.2. Impostos de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 19 a).

2.7.3. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 19 b). Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

2.8. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo. Periodicamente essa vida útil-econômica é revisada e seus efeitos são ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Quaisquer ganhos ou perdas eventuais na venda ou baixa de um item do imobilizado (diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício que o ativo for baixado.

2.9. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A Companhia não possui ativo intangível gerado internamente.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.11. Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

continua...

...continuação

SAMA S.A. - Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

2.12. Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.12.1. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados
A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

2.12.2. Provisão para remonte da mina
A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

2.12.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingencia/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Ajuste a valor presente
Os saldos de contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa SELIC acumulada até 31de dezembro de 2013 como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" na demonstração do resultado.

2.14. Instrumentos financeiros
A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros
A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda
Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os passivos financeiros não derivativos classificados ao valor justo por meio do resultado.

ii) Outros passivos financeiros
São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro 2013, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

2.15. Empréstimos e financiamentos
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio
O estatuto social assegura que no fim de cada exercício, o lucro líquido do exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas (vide nota explicativa nº 18 d).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incerteza nas Estimativas
Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstancias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos, os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período de revisão.

Principais fontes de incerteza nas estimativas
A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, as quais podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Vida útil dos bens do imobilizado
A Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil. Periodicamente são realizadas as revisões dos valores recuperáveis e das estimativas de vida útil. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos
A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

3.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A administração da Companhia acredita que a provisão para riscos está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

3.4. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados
O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

3.5. Provisão para remonte da mina
A Companhia segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD e possui provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação. A Companhia possui equipe de especialistas ambientais, para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e quando necessário utiliza ainda especialistas externos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Caixa e bancos	38	66	39	68
Aplicações em certificados de depósito bancários compromissados	-	198	-	198
Total	**38**	**264**	**39**	**266**

Durante 2013 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101% durante 2012), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Fundos de investimentos	8.457	27.991	10.910	30.317
Total	**8.457**	**27.991**	**10.910**	**30.317**

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 102% da variação do CDI (101% em 31 de dezembro de 2012). Representam aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.

6. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contas a receber de clientes	20.163	21.358	20.163	21.358
Contas a receber de cliente exterior	55.521	61.228	55.521	61.228
(-) Ajuste a valor presente	(828)	(573)	(828)	(573)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre contas a receber	(619)	(1.657)	(619)	(1.657)
Total	**74.237**	**80.356**	**74.237**	**80.356**

As despesas com a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber são contabilizados no grupo de "despesas com vendas".

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
A vencer	64.688	70.287	64.688	70.287
Valores vencidos:				
Até 30 dias	7.134	8.386	7.134	8.386
Entre 30 e 60 dias	1.187	1.007	1.187	1.007
Acima de 60 dias	1.228	676	1.228	676
	74.237	**80.356**	**74.237**	**80.356**

Movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Saldo inicial	(1.657)	(2.338)	(1.657)	(2.338)
Reversão	12	406	12	406
Baixa	1.026	275	1.026	275
Total	**(619)**	**(1.657)**	**(619)**	**(1.657)**

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Produtos acabados	20.341	14.026	20.341	14.026
Produtos semi-acabados	2.116	2.757	2.116	2.757
Materiais auxiliares	13.334	10.226	13.334	10.226
(-) Provisão para perdas (*)	(190)	(190)	(190)	(190)
Total	**35.601**	**26.819**	**35.601**	**26.819**

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim representada:

Movimentos da provisão para perda

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2012	**(343)**	**(343)**
(+) Complemento de provisão no exercício	(345)	(345)
(–) Valores baixados da provisão	498	498
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(190)**	**(190)**
(+) Complemento de provisão no exercício	-	-
(–) Valores baixados da provisão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(190)**	**(190)**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram consumidos o equivalente a R$ 27.225 (R$ 22.969 em 2012) em matérias-primas registrado como custo na Companhia.

8. Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativo circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	811	811	811	811
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	25	70	74	124
Total	**836**	**881**	**885**	**935**
Ativo não circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.281	1.619	1.281	1.619

9. Investimentos
A seguir, são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do exercício:

	Participação e capital votante detidos - %	
Controlada	31/12/13	31/12/12
Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis")	99,94	99,94

Resumo das principais informações da controlada

Controlada	Localização	Atividade principal
Engedis	Minaçu - GO	Não possui atividade econômica, exceto aluguel e rendimento de aplicações financeiras.

A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Total
Em 1º de janeiro de 2012	**2.532**
Equivalência patrimonial	122
Em 31 de dezembro de 2012	**2.654**
Equivalência patrimonial	113
Em 31 de dezembro de 2013	**2.767**

Demonstramos abaixo os saldos da empresa controlada Engedis:

	2013	2012
Ativo	2.772	2.654
Passivo	3	2
Patrimônio líquido	2.769	2.656
Lucro líquido do exercício	113	122

10. Partes Relacionadas

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Saldos:		
Ativo circulante:		
Contas a receber: (i)		
Eternit S.A.	7.128	8.174
Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon")	852	1.286
Outras contas a receber Eternit S.A.	26	-
Total	**8.006**	**9.460**
Ativo não circulante	29.108	27.252
Mútuo (Eternit S.A.) (ii)	29.108	27.252
Passivo circulante		
Passivos com partes relacionadas:		
Dividendos e juros sobre o capital próprio - Eternit S.A. (iii)	8.735	15.396
Fornecedores		
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. ("Prel")	8	8
Reembolso despesas - Eternit S.A.	169	132
Precon - Compras de telhas	12	-
Total	**8.924**	**15.536**
Transações:		
Vendas:		
Eternit S.A.	70.264	74.823
Precon	10.631	9.817
Total	**80.895**	**84.640**
Despesas:		
Administrativas:		
Prel	128	122
Descontos concedidos:		
Eternit S.A.	-	122
Precon	-	-
Total	**128**	**244**
Receitas - juros sobre mútuo		
Eternit S.A.	**2.183**	**2.129**

(i) Os saldos a receber referem-se a fornecimentos de matéria-prima (minério crisotila), sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do ativo circulante.

(ii) Os recursos concedidos para sua controladora Eternit S.A., classificados no ativo não circulante, referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem a variação de 100% do CDI e o prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos investimentos no ativo imobilizado da Companhia.

(iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda retido na fonte a pagar para a controladora.

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existem garantias em aberto com partes relacionadas e provisão para perda de créditos.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o exercício é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Salários e honorários	892	776
Participação nos Resultados	1.348	666
Bônus Complementar	-	152
Total	**2.240**	**1.594**

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Esse plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações de acordo com o CPC 10 R1 - Pagamento baseado em ações; uma vez que, o executivo não recebe ações diretamente da Companhia; e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

11. Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Saldo em 01/01/2012	**560**	**13.538**	**36.945**	**16.360**	**119.939**	**4.807**	**4.103**	**5.729**	**2.212**	**1.847**	**13.387**	**589**	**220.016**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.958	31.958
Baixas	-	-	(126)	-	(42)	-	(47)	(57)	-	-	-	-	(272)
Transferências	-	698	1.704	8.250	3.801	11.474	222	908	203	3.932	-	(31.192)	-
Saldo em 31/12/2012	**560**	**14.236**	**38.523**	**24.610**	**123.698**	**16.281**	**4.278**	**6.580**	**2.415**	**5.779**	**13.387**	**1.355**	**251.702**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.801	15.801
Baixas	-	-	(398)	-	(52)	(55)	-	(470)	(81)	-	-	-	(1.056)
Transferências	-	-	2.516	2.960	5.432	461	259	842	256	-	-	(12.726)	-
Saldo em 31/12/2013	**560**	**14.236**	**40.641**	**27.570**	**129.078**	**16.687**	**4.537**	**6.951**	**2.590**	**5.779**	**13.387**	**4.430**	**266.446**
Taxas médias de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	20%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação e exaustão													
Saldo em 01/01/2012	**-**	**(10.768)**	**(34.068)**	**(13.276)**	**(99.660)**	**(3.705)**	**(3.820)**	**(3.286)**	**(1.835)**	**(211)**	**(2.183)**	**-**	**(172.812)**
Adições	-	(72)	(716)	(1.758)	(4.058)	(2.326)	(83)	(423)	(168)	(614)	(696)	-	(10.914)
Baixas	-	-	126	-	41	-	47	50	-	-	-	-	264
Saldo em 31/12/2012	**-**	**(10.840)**	**(34.658)**	**(15.034)**	**(103.677)**	**(6.031)**	**(3.856)**	**(3.659)**	**(2.003)**	**(825)**	**(2.879)**	**-**	**(183.462)**
Adições	-	(64)	(1.340)	(4.028)	(4.969)	(4.877)	(185)	(493)	(174)	(495)	(696)	-	(17.321)
Baixas	-	-	398	-	52	54	-	469	81	-	-	-	1.054
Saldo em 31/12/2013	**-**	**(10.904)**	**(35.600)**	**(19.062)**	**(108.594)**	**(10.854)**	**(4.041)**	**(3.683)**	**(2.096)**	**(1.320)**	**(3.575)**	**-**	**(199.729)**
Valor residual													
Em 01/01/2012	560	2.770	2.877	3.084	20.279	1.102	283	2.443	377	1.636	11.204	589	47.204
Em 31/12/2012	560	3.396	3.865	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.953	10.508	1.355	68.239
Em 31/12/2013	560	3.332	5.041	8.508	20.484	5.833	496	3.268	494	4.459	9.812	4.430	66.717

Consolidado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo													
Saldo em 01/01/2012	**571**	**13.650**	**36.947**	**16.360**	**120.100**	**4.807**	**4.103**	**5.729**	**2.212**	**1.847**	**13.387**	**589**	**220.302**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.958	31.958
Baixas	-	-	(126)	-	(42)	-	(47)	(57)	-	-	-	-	(272)
Transferências	-	698	1.704	8.250	3.801	11.474	222	908	203	3.932	-	(31.192)	-
Saldo em 31/12/2012	**571**	**14.348**	**38.525**	**24.610**	**123.859**	**16.281**	**4.278**	**6.580**	**2.415**	**5.779**	**13.387**	**1.355**	**251.988**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.801	15.801
Baixas	-	-	(398)	-	(52)	(55)	-	(470)	(81)	-	-	-	(1.056)
Transferências	-	10	2.506	2.960	5.432	461	259	842	256	-	-	(12.726)	-
Saldo em 31/12/2013	**571**	**14.358**	**40.633**	**27.570**	**129.239**	**16.687**	**4.537**	**6.952**	**2.590**	**5.779**	**13.387**	**4.430**	**266.733**
Taxa média de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	26,8%	20%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação													
Saldo em 01/01/2012	**-**	**(10.867)**	**(34.060)**	**(13.276)**	**(99.821)**	**(3.705)**	**(3.820)**	**(3.286)**	**(1.835)**	**(211)**	**(2.183)**	**-**	**(173.064)**
Adições	-	(76)	(724)	(1.758)	(4.058)	(2.326)	(83)	(423)	(168)	(614)	(696)	-	(10.926)
Baixas	-	-	126	-	41	-	47	50	-	-	-	-	264
Saldo em 31/12/2012	**-**	**(10.943)**	**(34.658)**	**(15.034)**	**(103.838)**	**(6.031)**	**(3.856)**	**(3.659)**	**(2.003)**	**(825)**	**(2.879)**	**-**	**(183.726)**
Adições	-	(64)	(1.340)	(4.028)	(4.969)	(4.877)	(185)	(493)	(174)	(495)	(696)	-	(17.321)
Baixas	-	-	398	-	51	54	-	469	81	-	-	-	1.053
Saldo em 31/12/2013	**-**	**(11.007)**	**(35.600)**	**(19.062)**	**(108.756)**	**(10.854)**	**(4.041)**	**(3.683)**	**(2.096)**	**(1.320)**	**(3.575)**	**-**	**(201.047)**
Valor residual													
Em 01/01/2012	571	2.783	2.887	3.084	20.279	1.102	283	2.443	377	1.636	11.204	589	47.238
Em 31/12/2012	571	3.405	3.867	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.954	10.508	1.355	68.262
Em 31/12/2013	571	3.351	5.033	8.508	20.483	5.833	496	3.269	494	4.459	9.812	4.430	66.739

Em razão de processos judiciais, a Companhia ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor residual de R$ 1.272.

12. Intangível

Controladora

	Softwares	Intangível em andamento	Total
Custo			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	**3.608**	**-**	**3.608**
Adições	-	731	731
Transferências	731	(731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**4.339**	**-**	**4.339**
Adições	-	708	708
Transferências	708	(708)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**5.047**	**-**	**5.047**
Vida útil (em anos)	5	-	-
Amortização			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	**(2.162)**	**-**	**(2.162)**
Adições	(439)	-	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(2.601)**	**-**	**(2.601)**
Adições	(584)	-	(584)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(3.185)**	**-**	**(3.185)**
Valor residual			
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1.446	-	1.446
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.738	-	1.738
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.862	-	1.862

Consolidado

	Softwares	Intangível em andamento	Total
Custo			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	**3.629**	**-**	**3.629**
Adições	-	731	731
Transferências	731	(731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**4.360**	**-**	**4.360**
Adições	-	708	708
Transferências	708	(708)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**5.068**	**-**	**5.068**
Vida útil (em anos)	5	-	-
Amortização			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	**(2.162)**	**-**	**(2.162)**
Adições	(444)	-	(444)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(2.606)**	**-**	**(2.606)**
Adições	(588)	-	(588)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(3.194)**	**-**	**(3.194)**
Valor residual			
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1.467	-	1.467
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.754	-	1.754
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.874	-	1.874

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Mercado Interno	10.714	9.448	10.714	9.448
Mercado Externo	623	436	623	436
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	(25)	(12)	(25)	(12)
Total	**11.312**	**9.872**	**11.312**	**9.872**

14. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a)	4.952	5.071	4.952	5.071
ACE (b)	39.955	26.319	39.955	26.319
ACC (c)	-	20.429	-	20.429
	44.907	**51.819**	**44.907**	**51.819**
Não circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a)	8.311	12.670	8.311	12.670
Total	**8.311**	**12.670**	**8.311**	**12.670**
Fluxo de pagamento do não circulante:				
2015	4.914	4.914	4.914	4.914
2016	3.030	4.165	3.030	4.165
2017	367	3.132	367	3.132
Total	**8.311**	**12.670**	**8.311**	**12.670**

(a) A Companhia captou financiamento junto ao BNDES/Finame para aquisição de veículos (caminhões e máquinas) com taxa média de 2,65% a.a. + TJLP e 7,7% a.a., vencíveis de 48 e 60 meses.

(b) Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE - Trata-se de recursos destinados a alavancar o capital de giro, captados em dólares norte-americanos à taxa cambial média de R$ 2,2836 e atualizados pela taxa corrente de R$ 2,342 referente a 31 de dezembro de 2013. A taxa de captação - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Eternit S.A. é avalista em R$ 14.521 das operações de ACE da Companhia, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 era R$ 39.955 (R$ 20.429 em 31 de dezembro de 2012).

(c) Os adiantamentos de contrato de câmbio - ACC, os quais foram captados para alavancar o capital de giro da Companhia, eram vencíveis em 360 dias e foram liquidados durante 2013 com as exportações do exercício. A taxa de captação - PRIME média foi de 3,25% a.a. e os adiantamentos foram captados em dólares norte-americanos, convertidos e atualizados à taxa de câmbio PTAX. A captação ocorreu decorrente à expectativa do aumento das exportações. O ACC foi totalmente liquidado no exercício de 2013.

A Companhia possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2013.

15. Provisões e Encargos Sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Férias	4.125	3.667	4.125	3.667
Participação nos lucros e resultados (a)	6.111	9.049	6.111	9.049
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	292	280	292	280
Instituto nacional do seguro social - INSS	904	853	904	853
Salário educação	62	60	62	60
Previdência privada (b)	369	382	369	382
Contribuição sindical	4	38	4	38
Total	**11.867**	**14.329**	**11.867**	**14.329**

a) Participação nos lucros e resultados
A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com a Companhia.

A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/13	31/12/12
Controladora e consolidado	6.111	9.049

b) Previdência privada
A Companhia oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, sem vínculo com a Companhia. O plano é denominado Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, com característica de contribuição definida. Vide detalhes sobre este plano na nota explicativa nº 21.

16. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	10.455	12.832	10.455	12.832
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	2.377	3.182	2.379	3.183
Demais tributos:				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	1.880	1.713	1.880	1.713
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.416	1.423	1.416	1.423
Programa de integração social - PIS	307	309	307	309
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	477	601	477	601
Contribuição Financeira de compensação de recursos minerais	1.515	1.358	1.515	1.358
Outros	215	122	215	122
Total	**18.642**	**21.540**	**18.644**	**21.541**

17. Provisão para Benefícios Futuros a Ex-Empregados
A Companhia, com base em laudo atuarial para a data-base 31 de dezembro de 2013, preparado por empresa especializada independente, contabilizou uma provisão para fazer a face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

continua...

OPOPULAR/GO – 6COL X 52CM – PÁG. 2
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: Diario da Manha GO 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DMGO.indd 2
22/04/14 10:57

SAMA MINERAÇÕES ASSOCIADAS

SAMA S.A. - Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	Controladora e Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
Taxa anual de juro atuarial real	6,32%	3,5%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,0%	1,0%
Taxa anual de inflação projetada	5,8%	5,2%
Tabua de mortalidade geral	AT-2000	GAM83

Em 31 de dezembro de 2013 ocorreu a mudança na tábua de mortalidade decorrente da alteração da taxa de sobrevivência do grupo populacional beneficiário.

b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante	1.687	1.281	1.687	1.281
Não circulante	10.818	11.756	10.818	11.756
	12.505	**13.037**	**12.505**	**13.037**

c) Despesa líquida com benefício em 2013 (reconhecida no resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Custo dos juros e serviços corrente	1.236	1.108	1.236	1.108
Benefícios pagos	(2.000)	(1.434)	(2.000)	(1.434)
Despesa líquida com benefício	**(764)**	**(326)**	**(764)**	**(326)**

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora	Consolidado
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2012	9.992	9.992
Custo dos juros e serviços corrente	1.108	1.108
Benefícios pagos	(1.434)	(1.434)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2012	**9.666**	**9.666**
Custo dos juros e serviços corrente	1.236	1.236
Benefícios pagos	(2.000)	(2.000)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013	**8.902**	**8.902**

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2013

	Controladora	Consolidado
01 de janeiro de 2013	**13.917**	**13.917**
Custo dos juros e serviços corrente	1.236	1.236
Subtotal incluído no resultado	1.236	1.236
Benefícios pagos	(1.999)	(1.999)
Ajustes de experiência	(649)	(649)
Subtotal incluído em outros resultados abrangentes	(649)	(649)
31 de dezembro de 2013	**12.505**	**12.505**

Em 31 de dezembro de 2012 não foram reconhecidos por mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano e nos custos dos serviços passados o valor de R$ 1.392 na controladora e R$ 1.392 no consolidado.

f) Análise de sensibilidade

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	12.505	11.604	13.585	12.505	13.594	11.553
Variação		**(7,20%)**	**8,64%**		**8,71%**	**(7,61%)**

Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	12.505	11.677	13.493	12.505	13.505	11.633
Variação		**(6,62%)**	**7,90%**		**8,00%**	**(6,97%)**

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Dentro dos próximos 12 meses	1.687	1.608	1.687	1.608
Entre 2 e 5 anos	2.200	4.937	2.200	4.937
Entre 5 e 10 anos	1.427	3.176	1.427	3.176
Após 10 anos	7.191	3.316	7.191	3.316
	12.505	**13.037**	**12.505**	**13.037**

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia está totalmente integralizado, no valor de R$ 65.100, representado por 34.847.445 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controlador	69.766	73.735
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias	34.847.445	34.847.445
Lucro básico e diluído por ação - R$	2,00	2,12

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

c) Dividendos

Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R$
AGE de 31/03/13	30/04/13	4.886	0,3865
AGE de 31/03/13	31/05/13	5.000	0,3865
AGE de 31/03/13	28/06/13	3.582	0,3865
AGE de 30/06/13	30/07/13	15.221	0,6189
AGE de 30/06/13	30/08/13	6.346	0,6189
AGE de 30/09/13	30/10/13	5.000	0,6347
AGE de 30/09/13	29/11/13	7.000	0,6347
AGE de 30/09/13	30/12/13	10.118	0,6347
AGE de 31/12/13	28/02/14	5.000	0,2284
AGE de 31/12/13	31/03/14	2.959	0,2284
Total		**65.112**	

d) Juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio propostos ou pagos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R$
AGE de 31/03/13	30/04/13	1.185	0,0340
AGE de 30/06/13	30/07/13	1.202	0,0345
AGE de 30/09/13	30/10/13	1.192	0,0342
AGE de 31/12/13	30/01/14	913	0,0262
Total		**4.492**	

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	106.365	113.089	106.401	113.128
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(36.164)	(38.450)	(36.176)	(38.463)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	39	42	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.527	1.753	1.527	1.753
Doações e brindes	(486)	(1.049)	(486)	(1.049)
Outras (adições) exclusões sobre diferenças temporárias	(1.515)	(1.650)	(1.500)	(1.634)
Despesa do exercício	**(36.599)**	**(39.354)**	**(36.635)**	**(39.393)**
Taxa Efetiva	34,4%	34,8%	34,4%	34,8%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social corrente	(37.758)	(41.045)	(37.794)	(41.084)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.159	1.691	1.159	1.691
	(36.599)	**(39.354)**	**(36.635)**	**(39.393)**

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP, concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Baseado nas análises realizadas, interpretação do texto corrente da MP 627/13 e discussões internas, a Companhia converge pela adoção antecipada no exercício fiscal 2014, de qualquer forma aguarda o esclarecimento de algumas matérias e possíveis emendas para tornar oficial tal decisão.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Benefícios futuros a ex-empregados	4.252	4.156	4.252	4.156
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.082	6.234	7.082	6.234
Provisão para perdas no recebimento de créditos	210	2.762	210	2.762
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.440	2.228	1.440	2.228
Mercadorias não embarcadas	2.271	-	2.271	-
Provisão remonte da mina	1.342	-	1.342	-
Provisão ajuste valor presente clientes/fornecedores	273	-	273	-
Provisão perdas ações Eletrobrás	273	-	273	-
Outras provisões	173	998	175	998
Total	**17.316**	**16.378**	**17.318**	**16.378**

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/13	31/12/12
2013	-	2.359
2014	5.027	547
2015	1.549	547
2016 a 2022	10.740	12.925
Total	**17.316**	**16.378**

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2013, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

20. Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Processos trabalhistas (i)	8.730	6.987	8.730	6.987
Processos cíveis	4.368	4.305	4.368	4.305
Processos tributários (ii)	13.440	12.920	13.440	12.920
Total	**26.538**	**24.212**	**26.538**	**24.212**

i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra, (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insalubridade e periculosidade, (iv) verbas rescisórias entre outras.

ii) Na área tributária os principais processos englobam:

a) Discussões referente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

b) Discussões referentes a imposto de renda e contribuição social.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

Controladora	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	**6.780**	**3.481**	**11.676**	**21.937**
Adições	781	824	1.244	2.849
Reversões	(574)	-	-	(574)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**6.987**	**4.305**	**12.920**	**24.212**
Adições	1.849	507	1.550	3.906
Pagamentos	(106)	-	-	(106)
Reversões	-	(444)	(1.030)	(1.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**8.730**	**4.368**	**13.440**	**26.538**

Consolidado	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	**6.780**	**3.481**	**11.676**	**21.937**
Adições	781	824	1.244	2.849
Reversões	(574)	-	-	(574)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**6.987**	**4.305**	**12.920**	**24.212**
Adições	1.849	507	1.550	3.906
Pagamentos	(106)	-	-	(106)
Reversões	-	(444)	(1.030)	(1.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**8.730**	**4.368**	**13.440**	**26.538**

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2013, tramitavam contra a Companhia as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poções com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.

b) Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados. A ação referente ao Estado do Rio de Janeiro foi julgada improcedente enquanto que a de Pernambuco procedente. Ambas estão pendentes de recurso, sendo que na ação civil pública do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal daquele Estado suspendeu o processo por entender que a matéria é de ordem constitucional devendo, portanto, ser apreciada após o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

c) Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R$ 261 (R$ 461 em 31 de dezembro de 2012), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Por outro lado, quando necessário, a Companhia efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. Plano de Suplementação de Aposentadoria

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade financeira devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pela Companhia e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contribuições efetuadas no exercício	2.124	1.739	2.124	1.739

22. Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receita bruta de vendas	456.755	443.266	456.755	443.266
Impostos incidentes sobre as vendas	(71.408)	(64.231)	(71.408)	(64.231)
Receita operacional líquida	**385.347**	**379.035**	**385.347**	**379.035**

23. Informações sobre a Natureza das Despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(188.242)	(171.245)	(188.242)	(171.245)
Despesas com vendas	(38.797)	(40.947)	(38.797)	(40.947)
Despesas administrativas e despesas técnicas	(44.508)	(49.159)	(44.550)	(49.190)
	(271.547)	**(261.351)**	**(271.589)**	**(261.382)**
Matéria-prima consumida	(27.225)	(22.969)	(27.225)	(22.969)
(-) Ajuste a valor presente	228	72	228	72
Despesas com pessoal e encargos	(56.957)	(50.688)	(56.957)	(50.688)
Materiais, energia elétrica e serviços	(40.358)	(57.615)	(40.358)	(57.615)
Despesas de vendas variáveis	(34.273)	(36.711)	(34.273)	(36.711)
Depreciação e amortização	(17.905)	(11.353)	(17.909)	(11.369)
Serviços de terceiros	(44.075)	(58.565)	(44.075)	(58.565)
Comissões sobre vendas	(1.473)	(1.778)	(1.473)	(1.778)
Contribuição para entidades de classe	(4.809)	(3.216)	(4.809)	(3.216)
Propaganda e publicidade	(1.990)	(2.078)	(1.990)	(2.078)
Impostos e taxas	(1.543)	(1.221)	(1.543)	(1.221)
Participação nos resultados	(6.672)	-	(6.672)	-
Gastos parada excepcional	(4.684)	-	(4.684)	-
Despesas com remonte da mina	(1.526)	-	(1.526)	-
Despesas eventuais - Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(1.725)	-	(1.725)	-
Conservação e limpeza	(1.983)	-	(1.983)	-
Outras	(24.577)	(15.229)	(24.615)	(15.244)
	(271.547)	**(261.351)**	**(271.589)**	**(261.382)**

24. Outras Despesas Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	355	516	355	516
Aluguéis	511	480	535	503
Vendas de bens do imobilizado	36	56	36	56
Outras vendas	131	158	131	158
	1.033	**1.210**	**1.057**	**1.233**
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(2.326)	(2.275)	(2.327)	(2.275)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(1.725)	(6.181)	(1.725)	(6.181)
Impostos sobre outras vendas	(578)	(513)	(580)	(513)
Custo da baixa do imobilizado	(3)	264	(3)	264
Gastos parada excepcional (i)	(4.684)	-	(4.684)	-
Outras	(825)	(425)	(825)	(445)
	(10.129)	**(9.130)**	**(10.144)**	**(9.150)**
Total	**(9.108)**	**(7.920)**	**(9.087)**	**(7.917)**

(i) Este gasto refere-se à parada da produção ocorrida no mês de dezembro, motivada pelas férias coletivas concedidas aos empregados e manutenção da planta industrial.

25. Receitas (Despesas) Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas financeiras:				
Variação cambial passiva	(22.486)	(21.289)	(22.486)	(21.289)
Descontos concedidos	(1.199)	(676)	(1.199)	(676)
Juros passivos	(2.782)	(1.782)	(2.782)	(1.782)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(119)	(79)	(119)	(163)
Despesas bancárias	(137)	(198)	(137)	(114)
Variação passiva outros	(2.513)	(2.230)	(2.513)	(2.230)
Outras	356	(388)	356	(388)
	(28.880)	**(26.642)**	**(28.880)**	**(26.642)**
Receitas financeiras:				
Variações cambiais ativas	23.810	21.987	23.810	21.987
Juros ativos recebidos	3.093	3.258	3.093	3.258
Juros sobre mútuo	2.183	2.129	2.183	2.129
Rendimentos de aplicações financeiras	1.244	2.358	1.433	2.547
Variações monetárias ativas	6	12	6	12
Outras	104	101	104	101
	30.440	**29.845**	**30.629**	**30.034**
Total	**1.560**	**3.203**	**1.749**	**3.392**

26. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2013, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R$ 130.000

27. Instrumentos Financeiros

27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, através de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas, entretanto, tal avaliação requer considerável julgamento e estimativas para identificar o valor de realização mais adequado. Como consequência as estimativas podem não indicar necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
Mensurados ao valor justo	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	38	264	39	266
Aplicações financeiras	8.457	27.991	10.910	30.317
Contas a receber mercado externo	55.521	61.228	55.521	61.228
	64.016	**89.483**	**66.470**	**91.811**

	Controladora		Consolidado	
Mensurados ao custo amortizado	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Passivos Financeiros				
Fornecedores	11.312	9.872	11.312	9.872
Empréstimos e financiamentos	53.218	64.489	53.218	64.489
	64.530	**74.361**	**64.530**	**74.361**

b) Valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde os dados que têm efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

A Companhia adotou a premissa com base na hierarquia que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

				Controladora
Mensurados ao valor justo	31/12/13	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	38	38	-	-
Aplicações financeiras	8.457	8.457	-	-
Contas a receber mercado externo	55.521	55.521	-	-
	64.016	**64.016**	**-**	**-**

				Consolidado
Mensurados ao valor justo	31/12/13	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	39	39	-	-
Aplicações financeiras	10.910	10.910	-	-
Contas a receber mercado externo	55.521	55.521	-	-
	66.470	**66.470**	**-**	**-**

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

27.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba dois tipos de risco no caso da Companhia: a) Risco de câmbio e b) Risco de taxa de juros.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais especialmente relacionadas a contratação de adiantamentos de contrato de exportação, denominados ACC e ACE, denominados em dólares norte-americano (nota explicativa nº 14) da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Controladora e Consolidado		Cotação em 31/12/13 (US$ 1,00 = R$ 1,00)
	31/12/13	31/12/12	
Clientes no mercado externo	55.521	61.228	2,3420
Fornecedores no mercado externo	(623)	(436)	23420
ACE	(39.955)	(26.319)	2,3420
ACC	-	(20.429)	2,3420
Total da exposição cambial	**14.943**	**14.047**	

a.1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambias dos instrumentos financeiros da Companhia, foram efetuados dois cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2013. Conforme previsão da instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu a análise de sensibilidade utilizando o cenário provável 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Veja quadro abaixo.

Saldos (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa USD (*)	Posição em 31/12/13	Depreciação da taxa: Cenário I (-50%)	Depreciação da taxa: Cenário II (-25%)	Apreciação da taxa: Cenário III (+25%)	Apreciação da taxa: Cenário IV (+50%)
USD	-			1,17	1,76	2,93	3,51
Clientes mercado externo	Var. do US$	2,3420	55.521	27.761	41.641	69.402	83.282
Fornecedores mercado externo	Var. do US$	2,3420	(623)	(318)	(477)	(779)	(935)
ACE	Var. do US$	2,3420	(39.955)	(19.978)	(29.967)	(49.944)	(59.933)
(Perda) ganho potencial			**14.943**	**7.465**	**11.197**	**18.679**	**22.414**

(*) As taxas do dólar foram retiradas do site do Bacen no último dia útil de 2013.

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativo:				
Aplicações financeiras	8.457	27.991	10.910	30.317
Passivo:				
ACE	(39.955)	(26.319)	(39.955)	(26.319)
ACC	-	(20.429)	-	(20.429)
Empréstimos e financiamentos	(13.263)	(17.741)	(13.263)	(17.741)
Total da exposição à taxa de juros	**(44.761)**	**(36.498)**	**(42.308)**	**(34.172)**

A Administração da Companhia entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros utilizando o cenário provável de risco de redução da taxa em 50% (Cenário I) e 25% (Cenário II), e de aumento da taxa em 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV), além do cenário provável que é a manutenção dos juros atuais.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2013	Projeção Receitas/(Despesas) Financeiras - Um Ano: Cenário Provável	Risco de redução: Cenário I (-50%)	Risco de redução: Cenário II (-25%)	Risco de aumento: Cenário III (+25%)	Risco de aumento: Cenário IV (+50%)
	CDI	-	8,23%	4,12%	6,17%	10,29%	12,35%
	TJLP	-	5,00%	2,50%	3,75%	6,25%	7,50%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	10.910	898	450	673	1.123	1.347
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(13.263)	(663)	(332)	(497)	(829)	(995)

c) Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente da Companhia representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2013, e (2% em 31 de dezembro de 2012).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras sediadas no Brasil.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora Alavancagem		Consolidado Alavancagem	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Empréstimos e financiamentos	53.218	64.489	53.218	64.489
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(38)	(264)	(39)	(266)
Dívida líquida	53.180	64.225	53.179	64.223
Patrimônio líquido	96.305	95.715	96.305	95.715
Dívida líquida e patrimônio líquido	**43.125**	**31.490**	**43.126**	**31.492**

28. Compromissos e Garantias

A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores para os próximos anos, relacionados a administração, operação e manutenção de seus ativos. Os compromissos existentes seguem as práticas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía as seguintes garantias:

(i) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R$ 1.272, conforme mencionado na nota explicativa 11;

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: Diario da Manha GO 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran PUBLICIDADE 11 3885.9696

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DMGO.indd 3 22/04/14 10:57

SAMA S.A. - Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais - R$, exceto quanto de outra forma indicado)

(ii) Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R$ 3.770, junto ao Banco Safra, com vencimento para março de 2015;

(iii) Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R$ 1.440, junto ao Banco Bradesco, com vencimento indeterminado.

29. Ambiente e Recursos Minerais

Ambiente

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89, são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A Companhia segue o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, homologado e com cronograma para "remonte do site", após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a Companhia está apta para extrair e processar o mineral crisotila.

Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do mineral crisotila devem cessar no ano 2032, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A Companhia registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	31/12/13	31/12/12
Taxa de desconto	10,00% a.a.	7,54% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,00% a.a.	5,2% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados

Ano	31/12/13	31/12/12
2032	3.655	3.082
2033	3.137	2.645
2034	1.625	1.371
2035 a 2039	1.309	1.103
Total	**9.726**	**8.201**

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2039.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina em 2013 foi de R$ 1.525 (R$ 1.497 em 2012), calculado com base na produção atual de minério crisotila.

Recursos minerais (Não auditado)

Os detalhes dos recursos minerais (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela Companhia, são conforme segue:

	31/12/13	31/12/12
Recursos minerais	8.171.458 t	8.462.643 t
Produção anual	291.186 t	304.568 t
Vida útil estimada da mina	19 anos	30 anos

Diretoria

Nelson Pazikas — Rubens Rela Filho

Ailton Rodrigues Alves
Contador - CRC-GO 014951

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

SAMA S.A. - Minerações Associadas
Minaçu - GO

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SAMA S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da SAMA S.A. - Minerações Associadas, individual e consolidada, em 31 de dezembro de 2013 e os respectivos desempenhos de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3.937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 15 de abril de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Clinton L. Fernandes
Contador CRC-1SP205541/O-2

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: Diario da Manha GO 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

[26266]-eternit_sa_legal_bal_Anual_SAMA_DMGO.indd 4 22/04/14 10:57